

- ²⁰ Id., *Fastos da Dictadura Militar no Brazil*, p. 7, p. 145.
- ²¹ Id., *ibid.*, p. 145.
- ²² Id., "Moreira de Barros", *Commercio de S. Paulo*, 11.7.1896, in: *Collectaneas*, vol. II, p. 282.
- ²³ Id., "Uma lição de Aristóteles", *Commercio de S. Paulo*, 12.12.1895, *ibid.*, p. 110.
- ²⁴ FRANCO, Tito. *Monarquia e Monarquistas*. Prefácio de Manuel Correia de Andrade. 2ª ed. rev. e atual. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990. Série República, vol. 14.
- ²⁵ CELSO, Affonso. *O Imperador no exílio*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1893.
- ²⁶ PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*, p. 131.
- ²⁷ Id., *ibid.*, p. 166-175.
- ²⁸ Sobre as participações da Princesa Isabel no abolicionismo, A. O. Mattos, *Guarda Negra: A Redemptora e o Ocaso do Império* e R. Barman, *Princesa Isabel do Brasil*, p. 236-237.
- ²⁹ NABUCO, Joaquim. *O erro do Imperador*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1886. *Propaganda Liberal*: série para o povo. Primeiro opúsculo.
- ³⁰ VELHO, Gilberto. "Memória, identidade e projeto". In: *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1994, pp. 97 a 105.

Letras revolucionárias: a carta de Marighella ao almirante Aragão

Anderson da Silva Almeida*

Não faz muito tempo que a escrita epistolar passou a fazer parte do conjunto de fontes analisadas pelos historiadores brasileiros em suas pesquisas. De acordo com Angela de Castro Gomes, "não são ainda muito numerosos os estudos que se dedicam a uma reflexão sistemática sobre esse tipo de escritos [cartas, diários íntimos e memórias] na área da história do Brasil". Acrescentando que "as iniciativas que constituem exceções provêm muito mais do campo da literatura e, recentemente, de estudos de história da educação".¹ Estando necessariamente associadas à emergência do *indivíduo moderno* que se sobrepõe a uma lógica coletiva tradicional, as escritas de si ou práticas de produção do eu, vão paulatinamente ganhando terreno no campo analítico da historiografia brasileira.² Ainda sobre a questão do *indivíduo* e a construção do *eu*, Gomes pontua que:

A correspondência pessoal, assim como outras formas de escritas de si, expande-se pari passu ao processo de privatização da sociedade ocidental, com a afirmação do valor do indivíduo e a construção de novos códigos de relações sociais de intimidade (...). A escrita de cartas expressa de forma emblemática tais características, com uma particularidade: elas são produzidas tendo, a priori, um destinatário. Assim, tal como outras práticas de escrita de si, a correspondência constitui, simultaneamente, o sujeito e seu texto. Mas, diferentemente das demais, a correspondência tem um destinatário específico com quem se vai estabelecer relações. Ela implica uma interlocução, uma troca, sendo um jogo interativo entre quem escreve e quem lê – sujeitos que se revezam, ocupando os mesmos papéis através do tempo. Escrever cartas é assim 'dar-se a ver', é mostrar-se ao destinatário, que está ao mesmo tempo sendo 'visto' pelo remetente, o que permite um têtê-à-tête, uma forma de presença (física, inclusive) muito especial.³

De acordo com Rebeca Gontijo, a carta "trata-se de um tipo de comunicação escrita, que varia conforme o uso a que se destina".⁴ Citando Cécile Dauphin, Gontijo acrescenta que o termo é polissêmico, significando "traço, o 'vestígio de uma realidade complexa'; texto produzido e objeto trocado, testemunha das trocas afetivas, profissionais e intelectuais entre os indivíduos".⁵ O conceito é ampliado pela análise de Brigitte Díaz, para quem as correspondências são "textos híbridos, que transitam entre categorias

distintas como o arquivo, o documento e o testemunho".⁶ A carta que iremos analisar nas linhas seguintes, poderia ser compreendida facilmente com esse sentido híbrido destacado por Díaz e pela polissemia pontuada por Dauphin. Ou seja, ela é um traço, um rastro, um vestígio de um momento histórico da política brasileira, e ao mesmo tempo – e por isso mesmo – pode ser vista como um documento-testemunho de um determinado personagem da história recente do Brasil, como também das aspirações e visões políticas do seu destinatário, o almirante Cândido da Costa Aragão.

No que diz respeito à questão metodológica, Gomes chama a atenção para o fato de que “trabalhar com cartas, assim como com outros documentos, privados ou não, implica procurar atentar para uma série de questões e respondê-las”. Dentre as principais questões levanta pela autora, destacamos as seguintes: Quem escreveu/lê as cartas? Em que condições e locais foram escritas? Onde foram encontradas e como estão guardadas? Qual ou quais o(s) seu(s) objetivo(s)? Quais as suas características como objeto material? Que assuntos/temas envolvem? Como são explorados em termos de vocabulário e linguagem?⁷

É a partir dessas questões que construiremos nossa análise.

A Carta

Encontramos a missiva quando pesquisávamos no Arquivo Público do Estado de São Paulo, no fundo Ordem Social, a presença de marinheiros na luta armada depois de terem sido excluídos da Marinha após o golpe de 1964. Chamou-nos a atenção o fato de o almirante Cândido da Costa Aragão – o comandante dos fuzileiros navais que se recusou a reprimir a rebelião dos marinheiros em março de 1964 e que era muito ligado a Leonel Brizola – aparecer como um dos personagens mais vigiados pelo sistema de informações do período ditatorial. O remetente era ninguém menos que Carlos Marighella, o qual na época em que escreveu a missiva, já era histórico militante do Partido Comunista Brasileiro.⁸ Em suas letras revolucionárias, datilografadas em pouco mais de duas folhas simples, e com todas as formalidades possíveis, comunicava sua decisão definitiva de romper com o Partido e mergulhar de vez nas ações armadas contra a ditadura civil-militar. O tipo de suporte utilizado (papel ofício e letras em datilografia) nos passa a ideia de que o emissor não queria correr o risco de que alguma palavra, expressão ou frase do seu texto fosse mal compreendida. Ou seja, a

mensagem teria que ser passada sem gerar dúvidas quanto ao objetivo desejado, o que poderia ocorrer caso enviasse um texto manuscrito. As formalidades e estrutura de uma carta, também não foram ignoradas pelo remetente:

*Havana, 28 de setembro de 1967
Ao Almirante Cândido Aragão*

Prezado Patrício

Depois de nossas conversações e após o exame que fizemos dos problemas políticos do nosso país, estou remetendo esta carta para dizer-lhe que concordo com a sua posição em termo de unidade das forças populares e revolucionárias brasileira. (sic)

Suas posições sobre a recente Conferência da Olas, sobre a frente popular revolucionária, sobre a luta armada e outras questões contam com o meu apoio.⁹

Já nessa abertura, temos vestígios significativos do momento específico e dos objetivos de Carlos Marighella ao escrever a Aragão. Escrevendo de Cuba em setembro de 1967, o comunista baiano cita conversações anteriores entre os dois, nas quais discutiram necessariamente a conjuntura política brasileira e a busca de soluções para a derrubada da ditadura instalada em abril de 1964. Outro fator de relevada importância nessa introdução é a referência à conferência da OLAS [Organização Latino-Americana de Solidariedade]. Esta conferência ocorreu entre 31 de julho e 10 de agosto de 1967 e foi organizada por Cuba com o objetivo de fazer da *Ilha* um centro revolucionário na América Latina. De acordo com Jean Rodrigues Sales, “entre outras formulações, a OLAS criticou a política defendida pelos partidos comunistas e indicou a luta guerrilheira como estratégia adequada para a maior parte dos países latino-americanos, proclamando que o dever de todo revolucionário era ‘fazer a revolução’”.¹⁰

Esse encontro aparece comumente lembrado pela historiografia como o momento no qual Marighella rompeu com o PCB e passou a defender abertamente a solução armada para a derrubada da ditadura. O que de fato ocorreu.¹¹ É já a partir daquele ano, iriam desembarcar na *Ilha* vários militantes articulados com a nova organização, que tinha em Marighella seu grande líder, a Ação Libertadora Nacional (ALN), grupo guerrilheiro que enviou o maior número de militantes para o treinamento guerrilheiro em Cuba.¹² No

entanto, naqueles dias, o que mais ganhou destaque na imprensa brasileira foi a presença em Cuba de José Anselmo dos Santos, o *cabo* Anselmo.¹³ Desaparecido desde sua fuga do Alto da Boa Vista em 1966, Anselmo foi a maior estrela da delegação brasileira presente na conferência, então chefiada por Aloisio Palhano, ex-dirigente sindical. Ambos representavam o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Anselmo, inclusive, foi escolhido como o orador da delegação do Brasil. Marighella estava apenas como observador.¹⁴

O indisciplinado militante comunista havia participado do encontro sem a autorização do PCB e por isso sua expulsão já tinha sido decidida pela cúpula do Partidão. Dessa forma, escrita apenas um mês após a Conferência, é possível que a carta escrita a Aragão tenha sido um dos primeiros sinais da decisão definitiva do ex-deputado, já com mais de cinquenta anos de idade, em partir para as ações armadas. Em dezembro ele regressou e começou a colocar em prática questões que já vinha sinalizando há algum tempo e que também estavam na carta de setembro.¹⁵

Penso que os revolucionários brasileiros têm o dever de procurar unificar suas forças. Sem tal unidade, nosso povo não pode libertar-se do domínio do imperialismo norte-americano e da opressão dos gorilas que assaltaram o poder com o golpe de abril.

O empenho na luta pela unidade das forças revolucionárias brasileiras merece o aplauso e a colaboração de todos os que não se conformam com o atual estado de coisas em nossa Pátria.

*Secundando sua opinião, participo também da ideia de que concentrar os esforços em termo da luta de guerrilhas como genuína expressão da luta armada popular, é a melhor forma de pugnar pela unidade das forças revolucionárias brasileiras.*¹⁶

Escrevendo a um militar de alta patente e tendo em seu remetente um dos mais expressivos militares que foi preso e processado por ter ficado fiel ao presidente João Goulart, Marighella teve a preocupação e o cuidado de fazer referência ao *imperialismo norte-americano*, de matizar a expressão *forças revolucionárias brasileiras* - com destaque ao adjetivo pátrio - ratificando ainda a questão nativa com a expressão *nostra Pátria*. Para um experiente militante comunista, fazer uso de um vocabulário próprio ao seio militar foi também uma estratégia, uma escolha, uma tentativa de se aproximar ao máximo do mundo e da cultura política de um oficial conhecidamente nacionalista e antiimperialista, como era o caso de

Aragão. Nesse trecho, interessante também é a expressão *nosso povo*, tendo em vista que o destinatário da carta era conhecido no seio das esquerdas no início da década de 1960 como o "almirante do povo", devido ter começado sua carreira na Marinha como soldado, nascido na Paraíba, e ter chegado ao posto de vice-almirante. No entanto, para seus opositores - intra e extra Marinha - Aragão era considerado o "almirante vermelho".

Outro trecho da carta-documento expõe um Marighella teórico da revolução, mas acima de tudo pragmático. A ação salta em seu texto e é possível visualizarmos, sentirmos e compreendermos melhor porque sua organização foi batizada de *Ação Libertadora Nacional*:

*O que nós - os revolucionários brasileiros - precisamos, é fazer unir nossas forças, partindo da luta de guerrilha e a criação de um núcleo armado com base na aliança operário-camponesa, a qual devem se juntar o combativo movimento estudantil, a intelectualidade, a juventude, a mulher brasileira, os funcionários públicos, e os militares revolucionários de dentro e fora das forças armadas. (...) É chegado o momento de fazer a coleta de fundos, comprar e capturar armas e munições, fabricá-las clandestinamente e, selecionar e adestrar combatentes, preparar médicos, enfermeiras, recolher remédios, roupas, calçados e alimentos, estabelecer o apoio logístico a guerrilha (sic).*¹⁷

Esta passagem ilustra bem e corrobora algumas análises que apontam a participação de Marighella na OLAS como o momento crucial de sua "conversão" à luta de guerrilhas. Segundo Denise Rollemberg, há ainda certa polêmica em relação à sua adesão ou não à teoria do foco guerrilheiro naquele momento.¹⁸ Porém, a autora interpreta a concepção do líder da ALN, em sua visão da luta revolucionária, como sendo de "uma maneira bem mais ampla e complexa do que o foquismo propunha, supostamente legitimado na Revolução Cubana".¹⁹

A nosso ver, ao fazer menção na carta à *aliança operário-camponesa*, ao *movimento estudantil*, à *intelectualidade*, à *juventude*, à *mulher brasileira*, aos *funcionários públicos* e aos *militares revolucionários*, Marighella expressa sim uma forma mais sofisticada e mais abrangente que o tipo de luta proposta pelo *foquismo*. Sem dúvida, esta correspondência contribui de sobremaneira no que diz respeito à interpretação do que seria [foi] o pensamento embrionário

dos militantes de uma das mais importantes organizações armadas que atuou no período da ditadura civil-militar. Fica ainda a impressão, neste trecho da missiva, que o almirante Aragão poderia ser um valoroso colaborador em relação à logística da nascente organização, afinal, eles precisariam de armas, munições, remédios etc. Naquele contexto, o seu interlocutor não seria um dos mais indicados para intermediar também adestramento de combatentes? Quem sabe até seus antigos homens, os fuzileiros navais – muitos deles expulsos da Marinha após o golpe – não poderiam somar forças e agregar conhecimento militar sobre armamentos, táticas e treinamentos específicos para a nova organização guerrilheira? Ou seja, há demandas nas letras, nas palavras.

Na epístola também há, *um tempo*.²⁰ Apressado, imediato, inadiável, corrido, que fica bem explícito na passagem: “É chegado o momento(!)”. É um tempo individual, próprio do remetente, do “eu”, de si, mas necessariamente provocado e inspirado nos problemas da sociedade, da coletividade: “o dilema é realmente submissão ou rebelião, pacifismo ou luta armada, organizar o povo para a violência, legítima e necessária, ou ficar no conformismo, a reboque da burguesia”, prossegue Marighella, para em seguida, se declarar, mostrar um “eu” decidido, assumindo sua posição: “Diante deste dilema já temos uma posição definida. Somos pela luta armada e pela unidade das forças revolucionárias, e por isso mesmo estamos juntos”.²¹ Este trecho deixa claro que o autor compromete-se, assina um contrato, dá sua palavra [escrita] de honra sob condições estabelecidas entre as partes em contatos anteriores. Daí a sua característica principal ser um documento-testemunho, que fica ainda mais explícita pelo fato de estar arquivada como pertencente ao acervo da antiga Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS-SP), provavelmente encontrada com algum militante preso.

O futuro mostraria que as letras revolucionárias escritas por Carlos Marighella em setembro de 1967 eram mesmo para valer. Em dezembro daquele ano, sua organização guerrilheira dava início às ações, interceptando um carro que transportava dinheiro em São Paulo. Nos anos seguintes, ações contra instituições financeiras foram a principal marca da ALN, sendo uma das mais impressionantes, a efetuada contra o trem pagador em agosto de 1968.²² A morte física de *Meneses* – codinome utilizado na guerrilha – aconteceria em novembro de 1969 depois de ter sido emboscado pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, em São Paulo.²³

Seu *Patrício*, a quem escreveu a carta, não entraria em ação propriamente, mas foi um dos personagens mais emblemáticos do período da ditadura civil-militar no Brasil, sendo constantemente vigiado no exílio – inclusive pelo Centro de Informações do Exterior (CIEEX), pertencente ao Itamaraty.²⁴ Aragão permaneceu quinze anos exilado, passando por países como Uruguai, Cuba, China, Argélia, Chile e Portugal. Ao retornar ao país, em outubro de 1979, foi preso no Aeroporto, mesmo com a lei da anistia já aprovada. Seu passado como ex-comandante dos fuzileiros navais do governo João Goulart ainda pesava naquele momento. No entanto, não é absurdo pontuarmos que ter sido um dos destinatários de uma carta tão emblemática escrita por aquele que é considerado por muitos o maior nome da esquerda armada brasileira – ao lado de Carlos Lamarca –, contribuiu para sua prisão. Aragão faleceria em novembro de 1998, no ostracismo.

Naquele mesmo ano, em março, um livro histórico dos fuzileiros navais já havia o “assassinado”. Entre dezembro de 1963 e março de 1964, período no qual Aragão foi o comandante máximo daquela tropa, ninguém. Nenhum nome, nenhuma pintura, nenhuma medalha. Silêncio, só o silêncio. Silêncio das letras, silêncio das imagens, silêncio na imagem. Aragão é a foto que falta no álbum.²⁵ O álbum dos exemplos a serem seguidos. O panteão dos que foram escolhidos pela instituição como símbolos de liderança, de inteligência, de amor à pátria e de dedicação à Marinha, ou seja, a galeria dos *heróis*. Os heróis construídos.

Carlos Marighella já teve sua trajetória recuperada em livros, reportagens e filmes. Logicamente como mártir das esquerdas e inimigo das direitas. Aragão, talvez por não ter entrado em ação, ainda permanece no ostracismo. Diga-se de passagem, que é um caso emblemático de *silêncios ambidestros*.

Curioso é que em sua conclusão epistolar, o comunista baiano já refletia sobre o futuro [do Brasil e de ambos] ao pronunciar sua vontade de deixar por escrito sua decisão:

*Era este o pronunciamento que eu desejava deixar por escrito nas mãos do estimado patrício e companheiro, com o pensamento voltado para a libertação do Brasil e confiante em que não será em vão o esforço em favor da unidade das forças revolucionárias e patrióticas.*²⁶

Saudações Revolucionárias
Carlos Marighella.

Conclusão

Mais uma vez, cabe aqui a referência a Angela de Castro Gomes, no sentido de que o historiador ou o pesquisador que se propor a ver a escrita epistolar como fonte e como objeto, terá um rastro multiplamente rico em vários aspectos.²⁷ A carta em análise trouxe o extraordinário, uma decisão, um testemunho. Mas explicita também relações pessoais, ideias, culturas políticas, demandas, posicionamentos, segredos, linguagens, vocabulários, imagens. Ela é também um documento – em todos os seus aspectos de significados, materiais e de arquivamento. No entanto, interessa principalmente aos historiadores e pesquisadores do período e interessados também na metodologia e epistologia da História, a questão das temporalidades. E nesse sentido, nós temos nessa fonte, pretérito e presente; presente e futuro, dialogando constantemente, sem linearidade. Tudo o que caracteriza uma boa fonte histórica, levando-se em conta, é claro, o contexto e as condições em que foi produzida, reproduzida e preservada.

Notas de Referência

- * Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), orientado pela Professora Doutora Samantha Viz Quadrat. Contato: andersonhistoriauff@gmail.com
- ¹ GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 08.
- ² Para uma introdução refinada desse indivíduo moderno, ver GOMES, op. cit. p. 11-14; HEYMANN, Luciana Quillet. *Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Felinto Müller*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PPGAS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1997. Já para a produção historiográfica, cito como exemplo o próprio livro organizado por Angela de Castro Gomes, *Escrita de Si, escrita da história*, que já se tornou referência nos estudos das práticas de produção do eu, como também as obras: *Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica*, organizada por MIGNOT, Ana Christina; BASTOS, Maria Helena C. e CUNHA, Maria Teresa Santos. Florianópolis: Mulheres, 2000; e *Memórias e narrativas (auto)biográficas*, organizada por GOMES, Angela de Castro e SCHMIDT, Benito Bisso. Rio de Janeiro: Editora FGV/ Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- ³ GOMES, op. cit. 2004, p. 19. Grifos do original.
- ⁴ GONTIJO, Rebeca. "Paulo amigo": amizade, mecenato e ofício de historiador nas cartas de Capistrano de Abreu". In GOMES, Angela de

Castro (org.). *Escrita de Si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.164.

- ⁵ Ibid. Grifo do original.
- ⁶ Ibid. Grifo do original.
- ⁷ Ibid, p. 21. Além das questões citadas, temos: *Qual o seu ritmo e volume?* Tendo em vista que temos somente uma carta, essa estratégia não se aplica a este texto.
- ⁸ Carlos Marighella entrou para o Partido Comunista aos 18 anos e como deputado, participou da elaboração da Constituição de 1946. Ver ROLLEMBERG, Denise. "Carlos Marighella e Carlos Lamarca: memórias de dois revolucionários". In FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia. Vol. 3. 1964...* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Versão eletrônica disponível em: http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Carlos_Marighella_e_Carlos_Lamarca.pdf, p. 01-02.
- ⁹ Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Ordem Social, documento 30-Z-160-12.269.
- ¹⁰ SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007, p.60-61.
- ¹¹ Ver GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – as esquerdas brasileiras: das ilusões perdidas à luta armada*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987; SALES, Jean. op. cit.; ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- ¹² ROLLEMBERG, Denise. op. cit. 2001, p.40.
- ¹³ José Anselmo dos Santos – o "cabo" Anselmo – era sergipano de nascimento e ingressara na Marinha em 1958 na Escola de Aprendizagem-Marinheiros da Bahia. Em maio de 1963, foi eleito para a presidência da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB). Em 25 de março de 1964, quando se comemoraria o segundo aniversário da entidade, cerca de dois mil marinheiros e fuzileiros rebelaram-se em virtude de o ministro da Marinha, almirante Sylvio Motta, ter mandado prender membros da diretoria dias antes. A rebeldia dos marinheiros em não regressar para os navios exigia ainda que a AMFNB fosse reconhecida e outras inúmeras reivindicações. Após o Golpe de 1964, Anselmo foi expulso, exilado e fez treinamento guerrilheiro em Cuba. No entanto, o que marcaria seu nome na história recente do Brasil, seria sua traição aos membros das organizações armadas, atuando como agente duplo.
- ¹⁴ BN- Jornal do Brasil, 04 de ago. 1967, p.02. Para outra cobertura da imprensa, ver também *Jornal Última Hora*, dias: 02 de ago. 1967, capa e

p.08; 04 de ago. capa e p.07. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pesquisa.php>. Consultado em 21 out. 2009.

¹⁵ Marighella já havia escrito *Por que resisti à prisão*, em 1965, sobre o episódio em que foi ferido em 1964 após o Golpe, e *A crise brasileira*, escrito em 1966. Neste último, ele já propunha [mas não decidira aderir na prática] a luta de guerrilhas acopladas ao movimento camponês. GORENDER, *op. cit.*, p.95.

¹⁶ Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Ordem Social, documento 30-Z-160-12.269.

¹⁷ *Ibid.*

¹⁸ ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.* 2007 p. 04. Nota do autor: De acordo com a teoria do *foco guerrilheiro*, este deveria ser desencadeado a partir de uma região estrategicamente favorável ao desencadeamento da luta armada, onde um pequeno grupo de guerrilheiros realizaria as primeiras ações armadas do processo revolucionário. A partir das ações do contingente e do apoio das massas camponesas entre as quais se realizaria a propaganda armada, seriam criadas as condições necessárias para a transformação da região numa zona de guerrilhas, permitindo o surgimento de novas zonas de guerrilhas e ampliando sua zona de ação, dando-se assim os primeiros passos para a construção do Exército Popular Revolucionário (...). Dois livros teriam influenciados a esquerda brasileira a aderir ao foquismo: *A guerra de guerrilhas de Che Guevara* (1961) e *Revolução na revolução* (1967), do francês Régis Debray. Cf. SALES, Jean Rodrigues. *op. cit.* 2007, p.69; 91-92.

¹⁹ *Ibid.*

²⁰ Ver HÉBRARD, Jean. "Por uma bibliografia material das escrituras ordinárias". In MIGNOT, Ana Cristina V.; BASTOS, Maria Helena C. e CUNHA, Maria Teresa Santos (orgs.). *Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000, p.30.

²¹ Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Ordem Social, documento 30-Z-160-12.269.

²² GORENDER, Jacob. *op. cit.* p. 98.

²³ *Ibid.*, p. 175.

²⁴ SEQUEIRA, Cláudio Dantas. "O serviço secreto do Itamaraty". *Correio Brasiliense*, 22 de jul. 2007. Disponível em: <http://diplomattizando.blogspot.com/2007/07/757-o-itamaraty-colaborando-com.html>. Consultado em 10 ago. 2010.

²⁵ A imagem em questão encontra-se em: FUZILEIROS NAVAIS: *combatentes anfíbios do Brasil*. Rio de Janeiro: Action Editora, 1997, p.143.

²⁶ Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Ordem Social, documento 30-Z-160-12.269.

²⁷ GOMES, Angela de Castro. *op. cit.* 2004, p.21.

André Inácio de Assunção Neto*

A diversidade complexa

Na metade final da década de 1970 algumas publicações de histórias em quadrinhos na Espanha trazem na capa um registro ("para adultos" – Ilustrações 1 e 2) que pode ser tomado como emblemático de uma série de mudanças editoriais, artística e de consumo, mas também de mudanças sociais e políticas em uma Espanha que vivia quarenta anos sob regime autoritário. O registro em si não diz muita coisa, mas se voltarmos a atenção para os diversos elementos ligados à impressão na capa das revistas das palavras "para adultos", poderemos entender melhor essa reificação que alcançará seu ápice nos anos oitenta.

O lançamento de revistas como "1984", "Totem", "El Vibora", "Cimoc", "Cairo" demonstram um novo cenário insólito de publicações na Espanha. Mas esse processo de publicações mais ousadas se torna possível muito pelo fato da censura já estar em seu processo de definhamento, apesar de ainda ter força suficiente para gerar diversos constrangimentos. Em 1972 já é possível observar uma ampliação da circulação de quadrinhos satíricos, como é o caso do semanário sobre esportes "Barrabás", onde através de narrativas gráficas se dava um novo tratamento à crítica ao mundo dos esportes; tratamento que no ano seguinte se aplicou a crônica da atualidade por meio da revista "El Pápus", nascida na mesma fonte que a anterior, aproveitando o que naqueles anos se chamou popularmente de "a abertura" do regime franquista, já no fim, para canalizar o humor até a sátira político-social e erótica, limitada ainda pelas travas que o sistema político seguia impondo.¹ As revistas *underground*, em geral auto-produzidas, também passam a se arriscar com publicações de histórias centradas na sátira ácida, com as temáticas preferidas desse segmento: drogas, sexo e crítica social. É o caso de "El Rrollo enmascarado", que tinha entre sua equipe criativa Nazario; escritor que se tornaria bastante conhecido anos depois por seu personagem travesti *Anarcoma*, publicado nas páginas de "El Vibora".

Nos anos sessenta houve algumas tentativas de publicações exclusivas para adultos que, entretanto, eram amortizadas pela ferrenha censura. É o caso das revistas "Can Can", "El DDT" e "Mata